

O Desafio da Transformação

Major Alessandro Visacro, Exército Brasileiro

O primeiro, o mais importante, o ato de apreciação mais decisivo que um homem de Estado ou um comandante-chefe executa, consiste na apreciação correta do tipo de guerra que leva a efeito, a fim de não a tomar por aquilo que ela não é e não querer fazer dela aquilo que a natureza das circunstâncias lhe impede que seja.

—Carl von Clausewitz¹

AS AÇÕES EMPREENDIDAS em nome da Guerra Global Contra o Terror levaram as Forças Armadas mais poderosas do planeta a um impasse estratégico nas longínquas zonas rurais do Afeganistão e nas conturbadas ruas do Iraque. As campanhas em curso na Ásia Central e no Oriente Médio colocaram em evidência um novo ambiente de conflito: um cenário onde exércitos nacionais permanentes, com orçamentos dispendiosos e moderna tecnologia, parecem ineficazes e antiquados. Porquanto, rebeldes, guerrilheiros e terroristas subsistem a despeito de todos os esforços para erradicá-los².

A constatação de que o “American Way of War” — ou seja, a crença ocidental no poder irrestrito dos canhões — não mais atende às demandas de defesa de uma nova era tem motivado, ao longo dos últimos anos, um profundo debate acerca da condução da guerra³. Em busca de respostas satisfatórias para “novos” desafios e “novas” ameaças, especialistas, em todo o mundo, têm se dedicado ao estudo prospectivo dos conflitos do século XXI, esperando definir suas características fundamentais e, com isso, orientar adequadamente a evolução de suas Forças Armadas para uma ordem pós-industrial.

Dentro desse contexto, em maio de 2010, o Exército Brasileiro deu início ao seu processo de

transformação, acreditando que o momento atual “exige o desenvolvimento de novas capacidades para cumprir novas missões, pois a adaptação e a modernização, por si só, não proporcionam todas as respostas para as demandas operacionais que se apresentam”⁴.

Contudo, antes de responder à questão sobre o tipo de Força que estará apta a travar e vencer as guerras da era da informação, há que se realizar uma criteriosa análise do ambiente de conflito do século XXI. Afinal, poucos fenômenos são tão recorrentes na história militar quanto exércitos se preparando para lutar a guerra errada.

A natureza da mudança

Muito embora seja incontestável a subordinação da guerra à política, na estrita acepção de Clausewitz, limitar seu entendimento apenas a essa relação de subordinação obscurece o fato de que, antes de ser um fenômeno político, a guerra é um fenômeno social. Essa assertiva, aparentemente trivial, nos leva à conclusão de que transformações na conduta da guerra são, antes de tudo, decorrentes de transformações sociais.

No momento que a humanidade deixa a era industrial para ingressar na era da informação, passando por rápidas e profundas alterações, há que se procurar entender, de forma objetiva, como essas mudanças afetam a natureza dos conflitos armados e impõem necessariamente uma *redefinição* e uma *ampliação* das agendas nacionais de segurança e defesa. Essa talvez seja a questão central dos esforços de especialistas que tentam delinear o ambiente estratégico futuro, dotando as instituições militares de capacidades que lhes permitam, de fato, expandir seu repertório de missões para fazer frente a complexas e difusas ameaças.

O Major Alessandro Visacro é oficial de Infantaria formado pela Academia Militar das Agulhas Negras. Possui os cursos de aperfeiçoamento de oficiais, básico paraquedista, mestre de salto, ações de comandos, forças especiais e comando e estado-maior. Serviu no 29º BIB (Santa Maria - RS), no 26º BI Pqdt (Vila Militar - RJ) e no 1º Batalhão de Forças

Especiais. Neste último, foi instrutor dos cursos de ações de comandos e forças especiais. Foi, também, comandante de DOFesp, oficial de operações e comandante da 3ª Cia FE (Manaus - AM). Atualmente exerce as funções de oficial de estado-maior no Comando da Brigada de Operações Especiais (Goiânia - GO).

Portanto, a crença equivocada de que adequar-se às exigências do século XXI restringe-se, tão somente, à mera aquisição de moderna tecnologia pode frustrar as expectativas dos soldados. Ao contrário, é preciso “pensar” em termos de um ambiente político, econômico e social significativamente mais complexo. Assim como já aconteceu no passado, a forma tradicional de entender e pensar a respeito da guerra tornou-se incompatível com novas realidades⁵.

Por outro lado, há que se ter cautela na identificação de “novas” ameaças. Muitos dos desafios atuais possuem antecedentes remotos. Terrorismo e guerrilha urbana, por exemplo, não podem ser vistos como fatos inéditos ou fenômenos recentes. De acordo com o historiador Robert F. Baumann:

[...] se considerarmos o mundo de hoje em dia vemos que nada sucede sem precedente. Conflitos nacionalistas, religiosos e étnicos realmente não são fenômenos característicos do final do século XX.

[...] Problemas inerentes ao relacionamento entre transformações futuristas e conceitos doutrinários são bastante similares atualmente àqueles de há um século atrás.⁶

Não obstante, novas ideias se chocam com dogmas profundamente arraigados na ortodoxia do pensamento castrense conservador, fazendo com que conceitos inovadores se transformem em mero recurso semântico. Guerra de quarta geração, combate assimétrico e conflito persistente, por exemplo, tornaram-se lugar-comum nas preleções doutrinárias. Essas expressões

associadas a outros termos técnicos enriqueceram o vocabulário dos soldados, dando-lhe uma conotação futurista. Entretanto, na maioria dos exércitos do planeta persiste o incondicional apego a preceitos da era industrial e à lógica cartesiana e mecanicista que lhe é própria. Afinal, como observou Robert Baumann: “as pessoas se mostram mais receptivas às novas evidências que se ajustam a pontos de vista já aceitos do que às evidências que os contradizem”⁷. Dessa forma, para compreender a guerra do século XXI, é necessário ir além da tecnologia e identificar a verdadeira amplitude das mudanças promovidas pelo advento da era da informação em todos os aspectos da vida cotidiana.

Os conflitos da Idade do Aço

A Guerra da Crimeia (1853-1856) foi considerada um conflito proto-industrial por haver incorporado tecnologia advinda da Revolução Industrial, como o telégrafo, a ferrovia, as armas de alma raiada com carregamento pela culatra e o registro fotográfico, por exemplo. As inovações tecnológicas resultaram na ampliação da letalidade do campo de batalha, com incremento do poder de fogo, expansão da capacidade de concentração de tropas e maior rapidez na transmissão de ordens e informações.

Entretanto, a Guerra de Secessão norte-americana (1861-1865) é comumente aceita como o primeiro conflito da “Idade do Aço” não apenas por haver experimentado os efeitos da tecnologia sobre a tática, mas por haver levado ao embate uma sociedade industrial emergente, representada pela União, e uma sociedade agrário-escravocrata, representada pelos Estados confederados do sul.

A Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) foi o primeiro conflito sul-americano a fazer uso e sentir os efeitos da nova tecnologia. Desse modo, batalhas cruentas como Balaclava (1854), Gettysburg (1863) e Curupaiti (1866) inauguraram a nova era, compartilhando muitos elementos comuns, sobretudo, a obsolescência das formas usuais de engajamento campal.

Durante a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), a industrialização já havia se tornado uma realidade patente. Entretanto, foi somente na primeira metade do século XX que os conflitos da era industrial atingiram seu ápice com as duas guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945).



Sgt. Marco Antônio de Souza (C/OpEsp)

Um militar do Exército Brasileiro em ação nas ruas de Porto Príncipe, Haiti: enfrentar Forças antagônicas e, ao mesmo tempo, interagir com a população local tornaram-se tarefas indissociáveis.

De um modo geral, os conflitos industriais se caracterizaram por:

- cenários previsíveis, elaborados segundo um número restrito e predeterminado de ameaças;
- protagonismo de atores estatais;
- confrontos de identidades nacionais, moldados por interesses políticos e econômicos;
- compreensão da guerra como mero recurso da política do Estado-nação;
- esforço de guerra dependente da conscrição em massa e da mobilização nacional;
- primazia das ações no campo militar;
- ênfase na aplicação do poderio bélico convencional para destruir as Forças militares do inimigo;
- simetria na aplicação do poder de combate, com ênfase nos conflitos regulares;
- aplicação do poder de combate em toda sua plenitude com pequena incidência de restrições legais sobre as operações militares, resultando em ampla liberdade para o emprego da máxima força letal;
- delimitação temporal e geográfica do conflito armado, com clara definição da vitória no campo militar.

De Stalingrado a Fallujah

Muito embora o memorável 11 de Setembro seja aceito como um marco histórico, a transição das guerras industriais para os conflitos da era da informação não se deu de forma repentina. Ao contrário, resultou de um processo gradativo, iniciado nos anos 1960, que se intensificou nas últimas décadas do século XX, graças, sobretudo, ao fenômeno da globalização. Deveu-se menos à incorporação de “novos” elementos à natureza da guerra do que a uma nova dinâmica de interação de antigas características, como demonstra a tabela 1. Afinal, terrorismo, insurgências, banditismo, anarquia, sectarismo fratricida, disputas étnicas e religiosas sempre permearam a história da humanidade.

Segundo o Tenente-Coronel Carlos Jorge de Oliveira Ribeiro, do Exército Português:

Atualmente, nos países industrializados ocidentais está em curso a *Transformação da Defesa* que visa a modificar as atuais forças, com características dominantes da

sociedade industrial, em forças baseadas no conhecimento e assentes em sofisticadas plataformas tecnológicas.

[...] a inovação é um aspecto crucial e não se refere apenas aos aspectos tecnológicos, mas também à inovação organizacional e conceitual. As organizações devem ser mais flexíveis, dispendo de estruturas organizacionais que permeiam combinações inovadoras de unidades de manobra, para o cumprimento das várias missões, permitindo assim maior flexibilidade de emprego.

[...] Com a progressiva tendência de aumento dos conflitos assimétricos, é necessário dispor de forças flexíveis e ajustáveis a qualquer tipo de operação. A rapidez de projeção e emprego da força é fundamental para travar qualquer conflito o mais rapidamente possível, de modo a limitar os seus efeitos⁸.

Dentre algumas tendências apontadas por especialistas, em todo o mundo, para compor o complexo cenário do século XXI, destacam-se:

- depreciação da “guerra total” fundamentada nos preceitos de Clausewitz, conforme juízo predominante na primeira metade do século XX;
- compreensão e condução dos conflitos armados além dos estreitos limites do campo militar;
- ampliação dos prazos necessários à obtenção de resultados decisivos, caracterizando uma era de “conflitos persistentes”;
- urbanização;
- predomínio da guerra irregular sobre os conflitos convencionais, mantendo-se como a principal forma de beligerância;
- aceitação e difusão do conceito de “guerra de quarta geração”;
- crescente participação de atores não estatais;
- fragmentação das ameaças e adoção de estrutura de redes em detrimento de organizações verticalmente hierarquizadas;
- íntima associação entre Forças irregulares, organizações terroristas e facções criminosas;
- acesso de organizações terroristas a armas de destruição em massa, incluindo as ditas “bombas sujas”;
- necessidade de cooperação internacional;
- presença da mídia, organismos humanitários e organizações não governamentais como elementos indissociáveis do moderno campo de batalha;

Tabela 1 – Quadro comparativo: a guerra na era industrial e na era da informação.

A guerra na era industrial	A guerra na era da informação
- Conflitos de 2ª e 3ª gerações.	- Guerras de 4ª geração.
- Número restrito e definido de ameaças, com predomínio de ameaças estatais. Ideia de monopólio estatal sobre a aplicação da força coercitiva. Ocorrência de cenários previsíveis, elaborados segundo ameaças permanentes e predefinidas.	- Fragmentação das ameaças, com predomínio de ameaças não estatais . Quebra do pretensão monopólio estatal sobre a aplicação da força coercitiva. Ambiente de incertezas e configuração difusa.
- Confronto de identidades nacionais, moldado por interesses políticos e econômicos. Em termos práticos, o conflito armado é visto como mero recurso da política do Estado-nação (Clausewitz).	- Confronto de identidades culturais locais, moldado por aspectos políticos, econômicos, sociais e ambientais. O conflito armado é visto, simultaneamente, como fenômeno político e social.
- Uma vez esgotados os esforços diplomáticos, constata-se a primazia das ações no campo militar (complementadas por pressões políticas e embargos econômicos).	- Multiplicidade de meios (militares e não militares) empregados na condução da guerra, com ênfase em ações nos campos político, econômico e psicossocial, com prioridade sobre os esforços no campo militar.
- Defesa: tema essencialmente restrito à atuação das Forças Armadas.	- Segurança & Defesa: conceito mais amplo e complexo, de caráter permanente, que transcende a esfera militar, caracterizando a interdependência de todos os campos do poder nacional.
- Ações em outros campos do poder nacional são orientadas para a mobilização da estrutura militar de guerra.	- Incorpora, necessariamente, ações de outras agências de segurança do Estado (Forças policiais, defesa civil, agências de inteligência, aduana etc.).
- A política de defesa do Estado e a estratégia militar de defesa são concebidas seguindo uma lógica cartesiana, linear e mecanicista.	- O uso exclusivo da lógica cartesiana tradicional já não se adéqua integralmente a toda a complexidade implícita às formulações da política de defesa e da estratégia militar. Porquanto, reconhece-se a existência, nos âmbitos interno e externo, de múltiplas realidades, interesses, crenças e valores . Recorre-se ao pensamento complexo (ou integrador), a fim de “administrar” todo esse pluralismo nos níveis macro (global, regional e nacional) e micro (local).
	- Assim sendo, a estratégia das Forças Armadas deve ser conjugada com a implementação de políticas públicas preventivas nos campos político, econômico, psicossocial e científico-tecnológico, a fim de moldar o ambiente (interno e externo), reduzindo antagonismos e erradicando ameaças em sua origem.
- Forças oponentes (regulares e irregulares): estruturas verticalmente hierarquizadas.	- Estruturas de redes de amplitude transnacional, abrangendo governos legítimos, partidos políticos legalmente reconhecidos, organizações não governamentais (ONG), movimentos sociais, instituições filantrópicas, companhias de segurança privadas, Forças irregulares, organizações terroristas, facções criminosas (ligadas ao tráfico de drogas e de armas e à lavagem de dinheiro), etc.
- Intensas campanhas de propaganda antecedem os conflitos armados e permitem ao Estado mobilizar a opinião pública interna.	- Comunicações globais: a perda absoluta do controle sobre os meios de comunicação de massa e o acesso irrestrito à informação digital limitam a capacidade estatal de moldar a opinião pública interna e fortalecer a vontade nacional.
- Desdobramento permanente de Forças com pré-posicionamento de tropas (prévia ocupação geográfica).	- Projeção de poder: flexibilidade e mobilidade permitem o pronto desdobramento de Forças para atender contingências específicas e situações de crise localizadas.
- Exércitos de conscrição de massa, com baixa qualificação técnica e baixo critério seletivo. Fileiras constituídas por “cidadãos-soldados”. Ênfase na disciplina, em detrimento da iniciativa. Ciclos decisórios excessivamente lentos e burocratizados.	- Núcleo de efetivos profissionais permanente com elevada qualificação técnica e criteriosos processos de seleção e formação. O soldado passa a ser visto como uma plataforma de combate semi-autônoma, capaz de avaliar a situação tática, decidir e agir por conta própria — ênfase na iniciativa, em detrimento da disciplina militar formal; maior liberdade de ação, em detrimento de ordens de missão excessivamente restritivas. Redução do ciclo decisório, com delegação de competência aos escalões subordinados.
- Ênfase na aplicação do poderio bélico convencional para destruir as Forças militares do inimigo.	- Ênfase na luta pelo apoio da população .
- Maior incidência de baixas entre combatentes.	- Maior incidência de vítimas entre os não combatentes.
- Batalhas campais convergindo para núcleos urbanos.	- Batalhas eminentemente urbanas.
- Compartimentação dos níveis decisórios, com clara distinção entre os componentes políticos, estratégicos e táticos da luta.	- “Cabos estratégicos” : a sobreposição, no tempo e no espaço, dos aspectos políticos, estratégicos e táticos permeia toda a estrutura de comando, até os menores escalões. Pequenas ações adquirem repercussão política e divulgação global.
- Delimitação temporal do conflito armado.	- Indefinição dos marcos temporais de início e término do conflito.
- Delimitação geográfica do campo de batalha.	- Indefinição do campo de batalha (ausência de limites). Transcendência do teatro de operações.
- Simetria na aplicação do poder de combate, com ênfase nos conflitos regulares .	- Assimetria na aplicação do poder de combate, com ênfase nos conflitos irregulares .
- Evolução sequencial do conflito armado (faseamento da campanha militar).	- Simultaneidade de ações de naturezas distintas: operações de combate, ações humanitárias, contra-insurgência, reconstrução de Estados falidos etc.
- Predomínio das Forças Armadas no interior da área de operações, com modesta participação de atores não estatais.	- Intensa atuação de agências estatais civis no mesmo ambiente em que se encontram desdobradas as Forças militares (operações interagências).
	- Destacada participação de atores não estatais antes, durante e após o desdobramento de tropas: mídia, organismos humanitários e agências do terceiro setor . Necessidade de interação com ONG. Presença de companhias de segurança privadas como a sul-africana Executive Outcomes ou a norte-americana Blackwater.
- Aplicação do poder de combate em toda sua plenitude. Pequena incidência de restrições legais sobre as operações militares. Ampla liberdade para o emprego da máxima força letal.	- As restrições legais para a aplicação do poder de combate e a pressão da opinião pública sobre as Forças nacionais permanentes induzem à aplicação seletiva e precisa da capacidade destrutiva com maior controle de danos e redução dos efeitos colaterais.

A guerra na era industrial	A guerra na era da informação
- A guerra absoluta e a batalha decisiva de Clausewitz: a economia de guerra e a mobilização nacional exauram os recursos do país; operações de combate ofensivas e defensivas de larga escala orientam a campanha militar para a realização de grandes batalhas de atrito excessivamente cruentas. A definição da guerra é obtida, essencialmente, no campo de batalha pelo emprego das Forças Armadas.	- Operações de amplo espectro: operações ofensivas e defensivas, operações de inteligência, operações especiais, guerra eletrônica, operações de informações (operações psicológicas, assuntos civis, cooperação civil-militar, comunicação social), assistência humanitária, operações de estabilidade e apoio.
- Campanha militar calcada no estudo tático do terreno.	- Inteligência cultural (ou etnográfica): o mapeamento e a análise do “ terreno humano ” tornam-se tão importantes quanto o estudo tático do terreno.
- Clara definição da vitória no campo militar.	- Indefinição da vitória.

- necessidade de atualização do Direito Internacional Humanitário, com vistas a melhor se adequar às exigências dos conflitos assimétricos;

- ampliação e integração das agências de inteligência, com maior equilíbrio no emprego de diferentes fontes (humanas, imagens e sinais);

- advento e consolidação da inteligência cultural (ou inteligência etnográfica) como importante ferramenta destinada a subsidiar o processo decisório em todos os níveis;

- crescente demanda por Forças de operações especiais;

- maior interação entre operações convencionais limitadas e operações de guerra irregular;

- condução simultânea de operações militares de naturezas distintas, com destaque para as operações de estabilidade e apoio;

- destacada presença e atuação de outros segmentos do Estado no mesmo ambiente em que serão conduzidas as operações militares, impondo a necessidade de maior integração, coordenação e sincronização interagências;

- adequação dos exércitos nacionais permanentes por meio da disseminação de táticas, técnicas e procedimentos, até então restritos às Forças de operações especiais; expansão de seus núcleos profissionais; maior qualificação de seus recursos humanos; ampliação de seus repertórios de missões; aquisição de maior capacidade para interagir com a mídia, organismos humanitários e agências do terceiro setor; adoção de estruturas organizacionais mais leves, versáteis e que proporcionem respostas mais ágeis; aperfeiçoamento de sua capacidade de aplicação do poder de combate com rapidez, precisão e maior controle de danos;

- redefinição do papel que compete às Forças de operações especiais (de meras coadjuvantes das operações militares convencionais essas unidades estão se tornando, de fato, as grandes protagonistas do campo de batalha assimétrico).

É provável que os exércitos nacionais continuem sendo facilmente atraídos para lutarem, sob a rápida censura da opinião pública, em conflitos prolongados, onde uma vitória rápida e decisiva não possa ser obtida, simplesmente, pela superioridade bélica convencional. Portanto, políticas nacionais de defesa eficazes devem, necessariamente, transcender o escopo das ações militares, antecipando-se às ameaças advindas da degradação de ambientes político-sociais perniciosos. Pois, a partir de um determinado estágio de decomposição do quadro interno, qualquer esforço militar será inócuo e vazio de significado. Atuar em ambientes onde prevaleçam riscos assimétricos pode ser considerado o grande desafio imposto às Forças Armadas no século XXI. Para vencer, deveremos dispor de “cabos estratégicos,” conforme ilustra a figura 1.

Entendendo as guerras de 4ª geração

Em um esforço para antever a natureza e as características dos próximos conflitos, William Lind, Keith Nightengale, Joseph Sutton, Gary Wilson e John Schmitt elaboraram uma classificação da guerra moderna, segundo as mudanças qualitativas em sua conduta tática. Eles apresentaram suas ideias e conclusões, em outubro de 1989, em uma série de artigos publicados pelas revistas *Marine Corps Gazette* e *Military Review*. Especula-se que cópias desses artigos teriam sido encontradas, por soldados norte-americanos, nas cavernas de Tora Bora — local de homizão de militantes da Al Qaeda no Afeganistão.

De acordo com os autores, a primeira geração da guerra moderna esteve compreendida entre o término da Guerra dos Trinta Anos, em 1648, e a Era Napoleônica. Ou seja, foram as guerras pré-industriais, caracterizadas pelo combate linear, por formações cerradas, ordem unida e batalhas campais que se assemelhavam a paradas ou desfiles militares, com toques de clarins e estan-

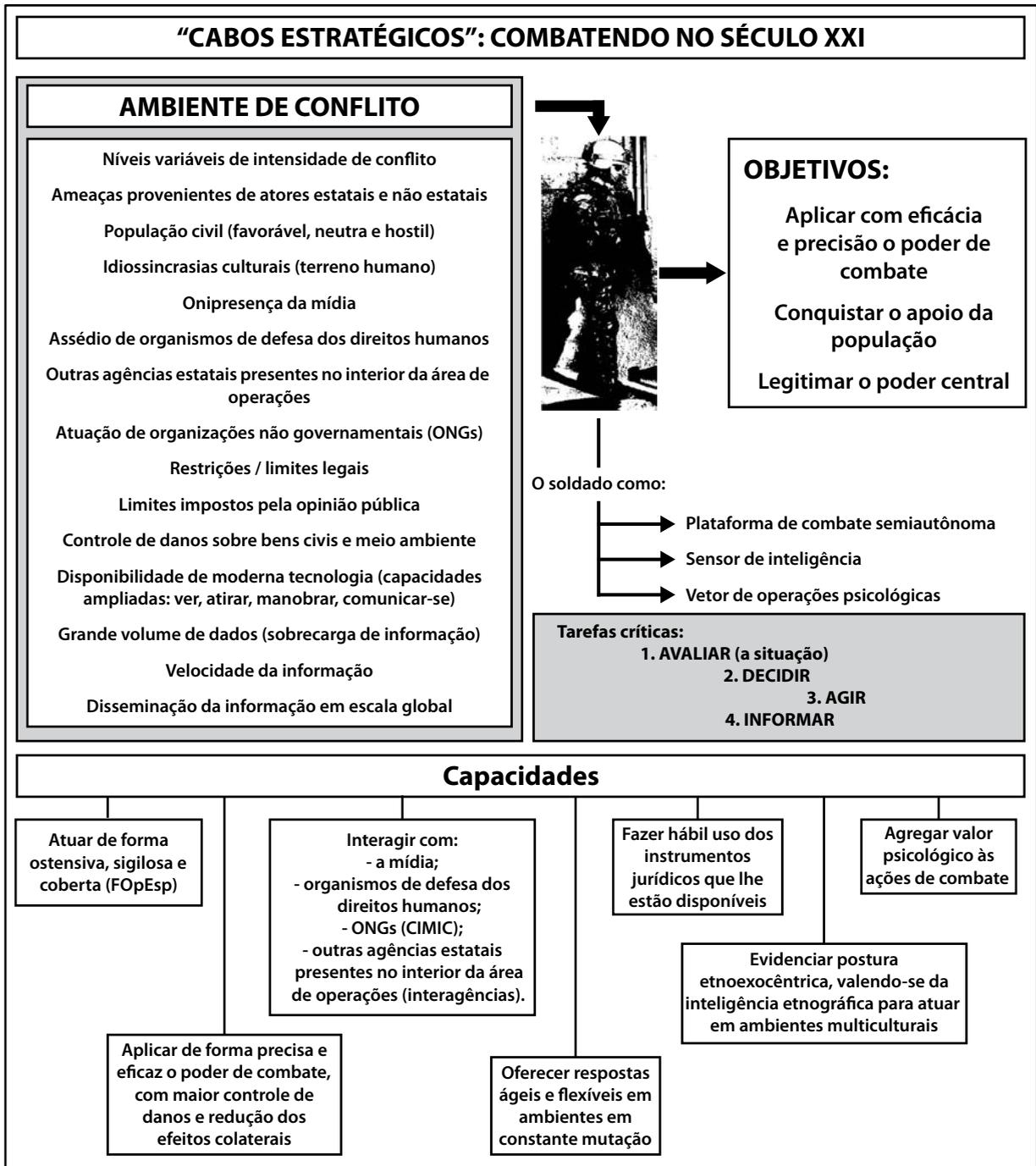


Figura 1 – As exigências dos complexos cenários pós-industriais vão muito além da mera aplicação do poderio bélico convencional com o único objetivo de destruir as Forças militares do inimigo. Na verdade, a vitória no campo de batalha do século XXI depende de um amplo espectro de capacidades.

dartes desfraldados. O valor combativo de uma tropa podia ser mensurado pelo garbo com que marchava ou como se portava em forma. Para os soldados de primeira geração, a disciplina reduzia-se à rígida obediência às ordens emana-

das dos escalões superiores e podia ser expressa por gestos e saudações formais. A iniciativa e a liberdade de ação, via de regra, eram indesejáveis, pois comprometiam os planos e ordens de batalha previamente elaborados.

Em meados do século XIX, as inovações tecnológicas promovidas pela Revolução Industrial deram origem a uma nova geração — a segunda. Batalhas como Balaclava, Gettysburg e Curupaiti, já citadas anteriormente, marcaram a transição entre as duas primeiras gerações da guerra moderna. Contudo, foi durante a Primeira Guerra Mundial (1914 - 1918) que a guerra de segunda geração atingiu seu ápice, sendo caracterizada pela ascendência do sistema de apoio de fogo sobre a manobra.

O que ocorreu, de fato, foi uma defasagem entre a tecnologia e a tática, prevalecendo a “guerra de atrito”, a defesa como forma de guerra mais forte e uma sensível perda de mobilidade tática. A batalha permaneceu linear, seguindo padrões formais de planejamento e métodos rígidos de execução, com o propósito de concentrar o máximo poder relativo de combate e cerrar sobre o inimigo para destruí-lo. O dispositivo defensivo adotado pelos franceses na Linha Maginot, em 1940; os sucessivos ataques aliados a Monte Cassino, em 1944, durante a Segunda Guerra Mundial; ou, mesmo, as operações de busca e destruição realizadas pelos norte-americanos no Vietnã traduzem as concepções da guerra de segunda geração. Para os autores, no final do século XX, os Estados Unidos ainda combatiam, essencialmente, conforme os dogmas e preceitos da guerra de segunda geração.

Já a guerra de terceira geração representou um renascimento da tática e um retorno à mobilidade. Advogada por J. F. C. Fuller, Liddell Hart e Heinz Guderian, materializou-se na *blitzkrieg* alemã. De acordo com William Lind:

A guerra de Terceira Geração é baseada não no poder de fogo e atrito, mas na velocidade, surpresa e no deslocamento mental e físico. Taticamente, durante o ataque, o militar da Terceira Geração procura adentrar nas áreas de retaguarda do inimigo, causando-lhe o colapso da retaguarda para a frente. Ao invés de “aproximar e destruir”, o lema é “passar e causar o colapso” [...] A guerra de Terceira Geração é não linear.¹⁰

Nesse tipo de guerra, liberdade de ação, iniciativa, flexibilidade de raciocínio, discernimento tático, senso de oportunidade e capacidade de decisão tornaram-se atributos mais importantes que a disciplina formal e o rígido ordenamento

das Forças que caracterizavam as duas gerações anteriores. Unidades capazes de operar em profundidade com rapidez e independência, como unidades blindadas, de paraquedistas ou de assalto aéreo (quando bem empregadas), podem ser consideradas típicas de terceira geração.

Nesse momento, os autores refletiram sobre as prováveis características da guerra do futuro e delineararam uma “quarta geração”¹¹. Com notável lucidez, fizeram acertadas previsões, dentre as quais destacam-se: a perda do monopólio estatal sobre a guerra; uma mudança de enfoque da vanguarda do exército inimigo para o interior da própria sociedade oponente; os elevados custos para um Estado antepor-se a uma ameaça de quarta geração; o emprego de Forças de efetivos bem reduzidos e independentes (ou células), que atuarão com o máximo de iniciativa e liberdade de ação, com ordens do tipo “missão pela finalidade”; essas pequenas Forças poderão contar com um mínimo suporte de retaguarda, incluindo apoio logístico; mostrar-se-ão capazes de tirarem “proveito da abertura proporcionada pela liberdade”, bem como de empregarem “o poder de combate do inimigo contra ele próprio”, privilegiando a manobra e priorizando os objetivos psicológicos em detrimento dos objetivos físicos¹².

Muito embora essas ideias possam surpreender pela correção, elas foram praticamente ignoradas, permanecendo na obscuridade, por quase uma década, até que os atentados de 11 de Setembro reavivaram-nas.



Ch. André Luiz dos Santos Costa (26° BI Pqdt)

Operações Militares em Terreno Urbano: paraquedistas do Exército ocupam o Complexo do Alemão — um conjunto de 18 favelas superpovoadas, territorializado por facções criminosas, onde vivem cerca de 130 mil brasileiros (Rio de Janeiro, dezembro de 2010).

Sd Cleiton Luis Froelich (CIBId GWP)



Linha de tiro de um pelotão de carros de combate Leopard 1: ao contrário do que muitos creem, a aquisição de novas capacidades para operar em um amplo espectro de conflitos não implica em perda ou redução de eficiência nas táticas convencionais de combate terrestre.

Para os teóricos da “quarta geração” o que caracterizará a guerra do futuro “não serão grandes mudanças em como o inimigo combate, mas quem estará lutando e para quê”¹³. Como eles mesmos admitem, muitas dessas características não constituem, de fato, nenhuma inovação. Assistiremos, assim, a um retorno às formas de beligerância que precederam a paz de 1648 — um mundo de culturas em conflito, com significativa participação de atores não estatais:

[...] muitas entidades diferentes — não apenas os governos de países — travarão a guerra e o farão por muitas razões distintas, não apenas como ‘uma promoção de políticas por outros meios’. Usarão de muitas ferramentas diferentes para combater, não se restringindo ao que reconhecemos como sendo forças militares.

[...] No seu fundamento se encontra uma crise universal da legitimidade do Estado, e essa crise significa que muitos países terão evoluída a guerra de Quarta Geração em seu território.

[...] Em todo o mundo, os militares se encontram combatendo oponentes não estatais tais como a Al Qaeda, o Hamas, o Hezbollah e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia. Quase em toda parte, o Estado está perdendo.¹⁴

Segundo os autores, a guerra de quarta geração será decidida nos níveis operacional, estratégico,

mental e moral ao invés dos níveis tático e físico. Portanto, a forma de emprego das Forças Armadas e o uso que se fará de suas unidades depois de subjugadas as Forças inimigas serão tão importante quanto a própria vitória no campo de batalha.

Detrações à parte, o conceito de guerra de 4ª geração é esclarecedor e rompe, definitivamente, com o estereótipo, ainda tão arraigado, da guerra como a mera confrontação formal e direta entre duas Forças regulares de Estados Nacionais antagônicos.

Em termos gerais, podemos afirmar que, atualmente, a esmagadora maioria dos profissionais militares, graças à ortodoxia e ao ceticismo de sua formação, são soldados de, no máximo, “segunda geração”. Em muitos poucos exércitos, predomina uma cultura de “terceira geração”, assim como são poucos os exércitos que dispõem, de fato, de unidades vocacionadas e aptas a travarem uma guerra de quarta geração e, mesmo assim, representam um segmento minoritário de suas Forças Armadas.

Conclusão

O advento da era da informação promoveu mudanças significativas na conduta da guerra. Mudanças que vão muito além da mera aquisição de moderna tecnologia. Embora não deva ser desconsiderada, a concepção de defesa alicerçada primordialmente no confronto ostensivo entre Estados Nacionais possui sua aplicação cada vez mais restrita. A sociedade tem apresentado

	GUERRA MODERNA			
	1ª Geração	2ª Geração	3ª Geração	4ª Geração
Contexto histórico	Pré-industrial	Industrial		Pós-industrial
Protagonistas	Atores estatais			Atores estatais e não estatais
Campo de batalha	Linear		Não linear	Não contíguo Indefinido Difuso
Modelo	Guerra metódica (guerra científica)		“Guerra relâmpago”	“Guerra Irrestrita”
Objetivo da batalha	Subjugar o exército oponente	Destruir as Forças militares do inimigo	Provocar o colapso das Forças inimigas da retaguarda para frente	Auferir resultados psicológicos Afetar a opinião pública
Natureza do objetivo	<i>Física:</i> terreno e unidades de linha do inimigo		<i>Física:</i> sistemas de apoio logístico e de comando e controle. <i>Psicológica:</i> decisores militares.	<i>Psicológica:</i> decisores políticos e opinião pública
Expressão preponderante	Campo militar			Campo psicossocial
Relação fogo-manobra	Ascendência da manobra sobre o poder de fogo	Ascendência do poder de fogo sobre a manobra	Equilíbrio entre o poder destrutivo e a capacidade de manobra	Irrelevante, pois o que conta é o efeito psicológico da ação
Verbo que tipifica o combate	Marchar Manobrar	Destruir	Avançar	Influenciar
Indicadores mensuráveis da vitória	Estandartes, trens e bocas de fogo aprisionadas	Terreno conquistado e “contagem de corpos” (<i>body counts</i>)	Quilômetros percorridos por dia dentro do território inimigo	Espaço na mídia e aceitação popular
Comando e controle	Ações centralizadas (planejamento e execução)		Ações descentralizadas	Ações independentes
Atributos decisivos	Ordem e disciplina		Senso de oportunidade e iniciativa	
Exemplos	Guerras Napoleônicas	1ª Guerra Mundial Campanha aliada durante a 2ª Guerra Mundial Operações de busca e destruição realizadas pelos EUA no Vietnã	2ª Guerra Mundial (<i>Blitzkrieg</i> alemã) Campanhas israelenses em 1956, 1967 e 1973	- Atentados da Al Qaeda em Nova York, Washington, Madri e Londres. - Combates travados entre as Forças de Defesa de Israel e o Hezbollah, no Líbano, no verão de 2006.
Personagens e entidades	George Washington Frederico, o Grande Napoleão Bonaparte	Carl Von Clausewitz Ferdinand Foch Ludendorff W. Westmoreland	J. F. C. Fuller Liddell Hart Heinz Guderian Erwin Rommel	Al Qaeda Hezbollah Hamás FARC

Tabela 2 – Quadro comparativo: as quatro gerações da guerra moderna.

demandas por segurança que, apesar de não serem inéditas em sua essência, são requeridas em um novo contexto, sobretudo, em virtude da dimensão dos danos experimentados. Crimes transfronteiriços, terrorismo internacional, fluxos migratórios, pressão demográfica, urbanização incontida, fortalecimento de identidades étnicas, globalização e questões ambientais são apenas alguns dos componentes desse intrincado mosaico.

Consolidando-se as tendências atuais, os conflitos irregulares deverão exercer um claro domínio sobre as tradicionais formas de beligerância. Os focos de pobreza e iniquidade, que subsistem à margem da economia de mercado, continuarão representando fontes perenes de instabilidade. Afinal, ambientes político-sociais perniciosos facilitam o surgimento de movimentos contestatórios que podem culminar com o emprego de violência armada ou, simplesmente, se degenerar em mero banditismo.

Observa-se, na atualidade, a ocorrência de cenários complexos e de configuração difusa, onde prevalecem ameaças típicas de 4ª geração, exigindo esforços bem mais abrangentes do que os estreitos limites do campo militar podem oferecer. Ademais, a tecnologia da informação, que permite o fácil estabelecimento de conexões entre redes globais de cooperação, aliada à busca por formas alternativas de financiamento tem aproximado facções extremistas e organizações criminosas ligadas, sobretudo, ao tráfico internacional de drogas e de armas e à lavagem de dinheiro. Portanto, tornou-se necessário reavaliar os preceitos de segurança e defesa, indo muito além da simples capacitação de Forças convencionais para a contrainsurgência. Uma nova abordagem deve

necessariamente ter como ponto de partida a redefinição das ameaças à sociedade, incluindo atores não estatais de atuação doméstica e transnacional.

A “globalização da violência” apresenta novos desafios. A rígida separação entre segurança pública e segurança nacional não se tornou apenas irrelevante em face das demandas atuais, como também impede a abordagem integral de um problema que não pode ser enfrentado isoladamente. Assim sendo, as operações interagências parecem surgir como a pedra angular de segurança e defesa no século XXI. Porquanto, permitem aos órgãos governamentais compartilhar metas e congregar esforços, de forma sinérgica, em ações que abrangem impositivamente todos os campos do poder nacional.

As Forças Armadas, por sua vez, não devem jamais descuidar de suas “missões tradicionais”, sob pena de se tornarem débeis e ineficazes, perdendo seu poder dissuasório. Contudo, para fazer face às ameaças deste século, devem redimensionar seu emprego e suas aptidões nos mais diversos espectros de conflitos. A visão dogmática que estereotipa a guerra apenas como um confronto formal entre dois exércitos regulares deve, finalmente, ser posta de lado. As operações de manutenção e imposição de paz, as ações humanitárias, as operações de estabilidade e apoio, a guerra contra as drogas e contra o terrorismo corroboram essa assertiva. A distinção feita pelos termos “operações de guerra” e “não guerra”, bem como os conceitos de “operações de efeito cinético” e “não cinético” mostram-se inadequados, pois dissociam tarefas e ações que, no campo de batalha atual, tornaram-se profundamente interdependentes. **MR**

REFERÊNCIAS

1. CLAUSEWITZ, Carl von, Da Guerra, Martins Fontes, 1979, p. 89.
2. VISACRO, Alessandro. *Guerra Irregular: Terrorismo, Guerrilha e Movimentos de Resistência ao Longo da História*. Contexto, São Paulo, p. 8.
3. PINHEIRO, Álvaro de Souza. *Os Dilemas do Exército Mais Poderoso do Planeta*. Disponível em: <<http://www.eceme.ensino.br/portalcee>>. Acesso em: 03 jan. 2010.
4. BRASIL. ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *O Processo de Transformação do Exército*. Brasília, 2003, p. 9.
5. BAUMANN, Robert F., “Perspectivas Históricas sobre a Guerra do Futuro”, *Military Review*, 3rd Quarter 1998, Ed. Brasileira, p. 14.
6. BAUMANN, Robert F., *Ibid*, p. 16; p. 18.
7. BAUMANN, Robert F., *Ibid*, p. 16.
8. RIBEIRO, Carlos Jorge de Oliveira. *As Operações Militares na Era da Informação e da Comunicação*. Disponível em <<http://www.academiamilitar.pt/proelium-n.o-2.html>>. Acesso em: 02 jan. 2010.
9. De acordo com o professor Kevin Stringer: “Esse termo-chave vem do artigo ‘The Strategic Corporal: Leadership in the Three Block War’ (‘O Cabo Estratégico: Liderança na Guerra de Três Quadras’, em tradução livre), do general Charles C. Krulak, do Corpo de Fuzileiros Navais. Nele, o autor se refere às lições inevitáveis da Somália e de outras operações tradicionais, de assistência humanitária e de manutenção da paz mais recentes, em que os resultados dependeram das decisões tomadas por líderes de pequenas frações”. STRINGER, Kevin D. “Formação do Cabo Para o Desempenho de Atividades Estratégicas (‘O Cabo Estratégico’): Uma Mudança de Paradigma”, *Military Review*, Janeiro - Fevereiro 2010, Ed. Brasileira, p. 2.
10. LIND, William S., “Compreendendo a Guerra de Quarta Geração”, *Military Review*, Janeiro -Fevereiro 2005, Ed. Brasileira, p. 13.
11. LIND, W.; NIGHTENGALE, K.; SUTTON, J.; WILSON, G.; SCHMITT, J. “The Changing Face of War: Into the Fourth Generation”, *Marine Corps Gazette*, Outubro 1989, p. 22 e p. 26. Disponível em <http://www.dnipo.org/fcs/4th_gen_war_gazette.htm>. Acesso em: 02 jan. 2010.
12. WILCOX, Greg; WILSON, G. I. “Resposta Militar à Quarta Geração de Guerra no Afeganistão”, *Military Review*, 1st Quarter 2004, Ed. Brasileira, p. 38; p. 39.
13. LIND, William S., *Ibid*, p. 17.
14. LIND, William S., *Ibid*, p. 17; p. 14.